



31 de janeiro de 2019

LUTAR PELA REVOGAÇÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA (SAMPAPREV) EM UNIDADE COM O FUNCIONALISMO!

Contatos: www.pormassas.org / e-mail: por@pormassas.org

Somente a unidade do funcionalismo, com o método da ação direta, derrubará a reforma previdenciária municipal (Sampaprev)! Unificar as lutas dos explorados contra as medidas antipopulares e antinacionais! Derrotar a reforma da previdência federal com a greve geral! Em defesa do emprego, do salário e condições de vida dos oprimidos!

Bolsonaro e Guedes anunciam duras medidas de ataque aos explorados e de amplo entreguismo do País. Aproveitaram a reunião da cúpula imperialista, em Davos, para oferecer aos especuladores e aos monopólios o pré-sal, o sistema elétrico, os aeroportos etc. Firmaram o compromisso de impor as reformas antipopulares, entre elas, a da previdência, além de aprofundar a reforma trabalhista, utilizando a máscara de tornar as empresas mais competitivas. Levaram na bagagem João Doria, considerado a peça fundamental para reunir governadores e prefeitos em favor do plano privatista e de reformas em favor da burguesia.

Do ponto de vista do capital financeiro, o que interessa é que o Brasil, país semicolonial de economia atrasada, mantenha o pagamento da volumosa dívida pública, a qual consome metade do orçamento da União. O remédio tem que estar voltado ao corte de recursos da saúde, da educação, previdência e outros serviços essenciais. Trata-se da necessidade de descarregar o peso da crise estrutural do capitalismo sobre os explorados.

Diante da superprodução, a burguesia precisa destruir forças produtivas, ou seja, aprofundar a barbárie através do fechamento de fábricas, da demissão em massa, do reforço das tendências bélicas em todo o mundo etc. Faz parte desse processo a procura por novos ramos e nichos para valorizar seus capitais. Aí se encaixa a ofensiva sobre os setores estatizados, a exemplo da educação básica e da previdência pública no Brasil.

O trio Bolsonaro/Doria/Covas não precisará partir do zero. Michel Temer - que encabeçou a ditadura civil, fruto do golpe de Estado - já havia imposto a lei da terceirização, para diminuir o valor da força de trabalho e aumentar a exploração, tal como a reforma trabalhista, visando destruir conquistas da CLT. Aprovou ainda a BNCC e a reforma do ensino médio, com vistas no enxugamento dos gastos e na expansão da privatização, o que levará ao fechamento de salas/turnos/escolas, expulsando os estudantes trabalhadores, e ao desemprego em massa dos professores e funcionários.

Como se pode ver, governo ditatorial e militarista de Bolsonaro será a continuidade da ditadura civil de Temer. Portanto, um governo francamente pró-imperialista e capacho de Trump.

A classe operária e demais explorados devem empunhar a bandeira

da luta contra as reformas antinacionais e antipopulares de Bolsonaro. Devem se colocar por constituir uma frente única sindical, com o método da ação direta, para enfrentar o governo Bolsonaro e seus discípulos nos estados e município, como é o caso de Doria e Covas. A defesa da unidade no plano sindical deve partir das reivindicações mais sentidas, de emprego, salário e condições de vida. Tem que estar acompanhada, desde já, de uma campanha em favor da frente única anti-imperialista, que implica colocar toda a nação oprimida, sob a direção da classe operária, em choque com a burguesia e o imperialismo.

A BNCC e a reforma do ensino médio, com vistas no enxugamento dos gastos e na expansão da privatização, levará ao fechamento de salas/turnos/escolas, expulsando os estudantes trabalhadores, e ao desemprego em massa dos professores e funcionários.

Lutar pela revogação da reforma da previdência (Sampaprev) em unidade com o funcionalismo!

O prefeito Bruno Covas/PSDB se aproveitou de um momento de desmobilização dos servidores públicos municipais, em dezembro de 2018, para aprovar a reforma previdenciária. Impôs o aumento da alíquota de contribuição para 14%, confiscando 3% do minguado salário dos trabalhadores. Aprovou também a criação da Sampaprev, fixando o teto salarial da carreira, para os futuros ingressantes, no valor igual ao teto do INSS (que, em 2019, passou a ser de R\$ 5.839,45). Quem pretender se aposentar com um salário maior terá que contribuir separadamente. Isso indica que, além dos 14% que valem para todos, os futuros servidores terão que retirar um percentual de seu salário.

Somado a isso, há que se levar em conta a pesada carga tributária que já é paga, principalmente o desconto do imposto de renda, que retira mensalmente uma fatia considerável de cada trabalhador. Este quadro é agravado pelos sucessivos reajustes abaixo da inflação, corroendo os salários dos servidores em geral (para os quais tem sido aplicado o vergonhoso índice de 0,01%), e da educação, em particular (reajustes de 3,71% em nov./2018 e 1,8381% em jan./2019, parcelas do último acordo).

Diante desse quadro de ataque às condições salariais do funcionalismo público municipal, a única alternativa é a greve. No dia 26 de dezembro, quando da aprovação do PL-621, a assembleia deliberou pelo início da greve do funcionalismo municipal em 4 de fevereiro. Não pode haver dúvidas sobre a necessidade da greve e da revogação imediata da reforma. Os vários setores que compõem o funcionalismo municipal devem se organizar em comandos unificados de greve e convencer os demais companheiros da justiça do movimento. Somente assim sairemos vitoriosos dessa luta.

Em abril de 2017, a classe operária e demais explorados saíram às ruas, em greve, para combater as reformas de Temer. A disposição de luta demonstrada durante essa jornada assinalou a importância da

Diante do ataque ao funcionalismo, a única alternativa é a greve. No dia 26 de dezembro, a assembleia deliberou pelo início da greve do funcionalismo municipal em 4 de fevereiro. Não pode haver dúvidas sobre a necessidade da greve e da revogação imediata da reforma. Os vários setores que compõem o funcionalismo municipal devem se organizar em comandos unificados de greve e convencer os demais companheiros da justiça do movimento. Somente assim sairemos vitoriosos.

greve geral para colocar em xeque as pretensões dos governos e dos patrões. Esse caminho, no entanto, foi abortado pela política traidora das direções sindicais, que desviaram a mobilização para o campo da pressão parlamentar, da ilusão na justiça burguesa e para o eleitoralismo. Resultado: a reforma trabalhista, que foi aprovada em julho de 2017, vem ampliando a precarização das condições de trabalho. A terceirização e o trabalho intermitente serão aprofundados no serviço público e no setor privado.

É preciso retomar o caminho da greve de 28 de abril de 2017. A Corrente Proletária na Educação tem participado dos comandos organizados pelos sindicatos, dada a importância de convencer os trabalhadores da necessidade da unidade do funcionalismo contra essas medidas de ajuste fiscal, que têm como principal objetivo o pagamento da monumental dívida pública aos banqueiros. As bandeiras que devem ser erguidas pelo movimento são:

- 1. Unidade dos servidores municipais contra a Sampaprev e o confisco de salário;**
- 2. Utilizar o método da ação direta (greves, piquetes, manifestações de rua, ocupações etc.) para colocar abaixo a reforma previdenciária de Covas e Bolsonaro;**
- 3. Não pagamento da dívida pública;**
- 4. Unidade da classe operária e demais explorados em torno das reivindicações elementares: emprego, salário e condições de trabalho.**
- 5. Defesa da greve geral por tempo indeterminado.**
- 6. Constituição da frente única anti-imperialista.**